

Resenhas

Ética econômica e social

Christian Arnsperger e Philippe Van Parijs
São Paulo: Edições Loyola, 2003

Ética econômica e social é, essencialmente, uma introdução ao vasto e apaixonante universo das teorias de justiça social, entendidas como “o conjunto dos princípios que regem a definição e a repartição equitativa dos direitos e dos deveres entre os membros da sociedade” (p. 15).

O livro divide-se em duas partes. A primeira constitui seu núcleo. Nela se apresentam quatro correntes teóricas, que são referências fundamentais no debate contemporâneo em filosofia política e em economia normativa. Essa parte é composta por cinco capítulos, dedicados ao utilitarismo (capítulo I), libertarismo (II), marxismo (III), igualitarismo liberal (IV) e variações a partir da teoria de John Rawls (V). Cada capítulo inicia-se pela contextualização de uma corrente na história das idéias. Depois, expõem-se premissas, conceitos e princípios essenciais, tais como: a aceção exata de “utilidade” para os utilitaristas, a noção de “exploração” usada por marxistas analíticos, ou o “princípio de diferença” definido por Rawls. Em cada capítulo, discutem-se a lógica e a argumentação usadas por seus formuladores, deduzem-se as principais implicações práticas e, por fim, apontam-se e criticam-se contradições, dilemas, omissões e falhas. Tudo é entremeado por quadros biográficos e bibliográficos, explicações detalhadas de conceitos complexos ou pouco conhecidos fora da filosofia ou da economia, breves derivações matemáticas, exemplos com problemas concretos, além de resumos de noções relevantes.

Estes cinco capítulos de exposição e discussão das teorias têm em comum, não apenas uma

estrutura bem organizada e uma apresentação bastante didática, mas também partilham a qualidade do conteúdo. Tudo é apresentado com o rigor, a precisão e a profundidade requeridos pelo assunto de que se está tratando. Embora estes imperativos tornem algumas passagens um pouco carregadas e reclamem grande atenção do leitor, em geral o texto é claro, simples e objetivo.

A segunda parte tem um caráter aplicado e se destina a auxiliar professores que queiram adotar o livro em seus cursos. Sugere-se uma prática pedagógica que consiste num exercício de reflexão, argumentação e confrontação de idéias, a ser organizado em sala de aula. O objetivo é assegurar que os conceitos, princípios, implicações e limites de cada corrente teórica discutida na primeira parte do livro, num registro abstrato, sejam efetivamente assimilados por alunos sem experiência prévia no assunto. Os capítulos VI e VIII contêm exemplos concretos de resultados obtidos com a aplicação dessa fórmula à discussão de dois problemas sócio-econômicos reais.

O primeiro contato com a edição brasileira desanima alguns leitores potenciais. Lê-se na sua contracapa, por exemplo, que “[a] ética está por toda parte, a partir de agora”, uma frase sem sentido, devido a uma tradução descuidada da palavra francesa *désormais*. Um leitor determinado, porém, não se contenta com um breve manuseio do livro e decide folhear o prólogo. Depara-se com um texto que soa pouco natural a um leitor brasileiro. O leitor perseverante credita isto ao estilo dos tradutores, e decide seguir em frente. No entanto, começa a perceber mais problemas,

aqui e ali, como na página 8, em que lê “às vezes o pretendemos”. Desconcertado — afinal, quem pretende!? —, consulta a edição francesa (p. 4) e nota que a frase original era “*entend-on parfois*”, isto é, “às vezes, ouvimos dizer”. No mesmo parágrafo, lê a estranha frase: “não é preciso sobretudo regularizá-los hoje, em massa”. Consulta o original e lê “*il ne faut surtout pas les régulariser en masse aujourd’hui*”, algo como “não devem ser regularizados em massa hoje, de maneira nenhuma”. O leitor perseverante fraqueja: não são meras questões de estilo, mas sim equívocos e distorções.

Estes problemas presentes no prólogo já nos dão uma idéia das falhas e erros que o leitor encontrará se estiver disposto a enfrentar os capítulos subsequentes. Efetivamente, no capítulo I, já encontra vários erros, que vão desde pequenos deslizes, passando por trocas de sentido que dificultam ou impossibilitam a compreensão do texto, chegando a erros de tradução em termos técnicos, alguns deles consagrados (“*utilité marginale*” traduzido como “utilidade secundária”; “*externalités*”, como “exterioridades”; “*biens premiers* [de Rawls]”, como “bens principais”).

Antes de desistir, resolve avaliar outros capítulos, abrindo páginas e escolhendo passagens aleatoriamente. Encontra uma sucessão de erros. Vejam-se, por exemplo, as diversas formas como foi traduzida a expressão *ceteris paribus* — uma diferente da outra; nenhuma delas correta! — ou qualquer frase contendo as palavras *seuil*, *plutôt*, ou *certes*.

Por ser economista, constatei erros nos termos técnicos e no jargão que diz respeito à ciência econômica. Um filósofo certamente encontrará falhas no tocante à filosofia. O auxílio de um revisor técnico que dominasse o assunto — economista ou filósofo — teria sido de grande ser-

ventia para que ao menos as falhas terminológicas gritantes fossem eliminadas.

A alternativa mais prática à disposição de quem se interessar pelo livro é recorrer à edição portuguesa, recentemente publicada pelas Edições Afrontamento. Não fiz um exame atento dessa edição, mas pelo que pude perceber ao manusear rapidamente um exemplar, a tradução, que esteve a cargo de um professor de economia da Universidade do Porto, parece ter sido mais cuidadosa.

Os que entendem francês podem recorrer à edição original. A desvantagem é não se poder usar o livro em sala de aula. O problema pode ser parcialmente resolvido com o uso paralelo de outras edições do livro — já traduzido para italiano e espanhol.

Os custos de importação do livro provavelmente inviabilizam as duas soluções anteriores, especialmente para a adoção do livro. Restringindo-nos ao Brasil, há três medidas a serem tomadas. No curto prazo, referir-se ao outro livro do Prof. Van Parijs editado no Brasil (*O que é uma sociedade justa?*, ed. Ática), porém, segundo me consta o livro está esgotado, é de leitura mais difícil, e nada sei quanto à qualidade da sua tradução. No médio prazo, pode-se solicitar à editora que revise a tradução para uma (eventual) segunda edição. No longo prazo, deve-se exercer pressão sobre as editoras brasileiras para que melhorem a qualidade das traduções. Assim, quem sabe, no futuro, não se desperdicem outras boas oportunidades como essa.

Fábio D. Waltenberg

Filiado ao *Departamento de Economia*, ao *GIRSEF* (Groupe Interfacultaire de Recherche sur les Systèmes d’Education et de Formation) e à Cátedra Hoover de ética econômica e social.

Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira

Carlos José Caetano Bacha

São Paulo: Edusp, 2004.

Sem dúvida, uma das áreas que merece atenção do ponto de vista do ensino superior em Ciências Econômicas é a Macroeconomia. A formação dos alunos de graduação nessa área, em geral, é pontuada por deficiências tanto do ponto de vista

teórico quanto aplicado, sendo que vários fatores contribuem para esse fenômeno. Do ponto de vista do graduando, cursar um bom curso de Macroeconomia acaba sendo quase uma questão de “sorte”, dependendo, em grande medida, da esco-